

O “lápiz azul” no *sport* português: política, desporto e media

The “Blue Pencil” in Portuguese Sport: Politics, Sport and Media

Francisco Pinheiro

Universidade de Coimbra, Coimbra/Portugal
Doutor em História, Universidade de Évora
franciscopinheiro72@gmail.com

RESUMO: Este artigo pretende analisar os processos de Censura dos principais jornais desportivos portugueses, por parte do regime fascista, fazendo uma reflexão alargada sobre a relação entre política e desporto no contexto do fascismo português. O objetivo é compreender as dinâmicas do denominado “lápiz azul” da Censura sobre este género de imprensa especializada e identificar as interferências do regime nas visões sobre desporto. Procedeu-se, para isso, à análise dos processos de Censura dos principais jornais desportivos portugueses, entre os anos 1920 e 1960 do século XX, envolvendo *A Bola*, *Mundo Desportivo*, *O Norte Desportivo* e *Record*. Procurou-se identificar as ocorrências mais relevantes, as tipologias de punições por parte dos serviços de Censura e as formas de controlo e coação da imprensa desportiva adotadas pelo regime.

PALAVRAS-CHAVE: Desporto; Fascismo; Censura; Jornalismo; Portugal.

ABSTRACT: This article aims to analyze the censorship processes of the main Portuguese sports newspapers, done by the fascist regime, by making a broad reflection on the relationship between politics and sport in the context of Portuguese fascism. The objective is to understand the dynamics of the so-called “blue pencil” of Censorship on the sports press and identify the regime's interference in the visions about sport. It is analyzed the Censorship processes of the mainly Portuguese sports newspapers, between the decades of 20 and 60 of the XX Century, involving the titles *A Bola*, *Mundo Desportivo*, *O Norte Desportivo* and *Record*. It sought to identify the most relevant occurrences, the types of punishment by the Censorship services and the forms of control and coercion of the sports press adopted by the regime.

KEYWORDS: Sport; Fascism; Censorship; Journalism; Portugal.

INTRODUÇÃO¹

O ano de 1926 seria de mudança política em Portugal, com implicações diretas no desporto e no meio jornalístico. Chegou ao fim, de forma inglória, a I República (chamada de “Nova República Velha”), substituída por um golpe militar em 28 de maio de 1926 que impôs uma indefinida Ditadura Militar, a qual se transformaria numa ditadura civil (batizada de Estado Novo) com a chegada ao poder de António de Oliveira Salazar, em 1932. Assim, 1926 e os anos seguintes seriam tempos de instabilidade e indefinição política, em que primou a ausência de uma perspectiva estratégica, com a sociedade portuguesa a afundar-se, uma vez mais, num pântano de incertezas e incógnitas, levando a novas e profundas introspeções, quase sempre negativas, sobre a identidade nacional.² No campo do *sport* (a terminologia desportiva, de origem inglesa, manteve-se nos anos 1920 e durante uma parte da década de 1930, adotando-se depois a palavra portuguesa “desporto”), os editoriais dos jornais desportivos passaram a refletir essa mesma indefinição política. Na semana seguinte ao golpe militar, na edição de 04 de junho, uma das principais publicações desportivas portuguesas, a revista *Sporting*, publicou o artigo “O momento político e o sport”, em que deixava em evidência essa mesma preocupação: “Mais uma revolução acaba de modificar por completo a direcção política da nossa terra, não se sabendo ainda, o que seguirá”.

O que se seguiu, pouco tempo depois, foi a imposição da Censura Prévia à imprensa, “assumida directamente pelos militares que chamaram a si, desde a primeira hora, a responsabilidade da organização e direcção dos Serviços e execução das respectivas tarefas censórias”,³ as quais executavam através das comissões instaladas nos Comandos da Guarda Nacional Republicana e nos Governos Civis. Mas o seu funcionamento inicial começou por ser muito deficiente e “os critérios de aplicação da lei sobre o exercício do direito de liberdade de imprensa, entretanto promulgada (Decreto nº 12.008 de 02 de Agosto de 1926),

¹ Realizei uma primeira abordagem a esta temática na obra, de minha autoria, *História da imprensa desportiva em Portugal* (2011), aprofundada agora, neste artigo, através de uma análise detalhada dos processos da Censura Prévia relativos a cada periódico referido neste estudo.

² PINHEIRO. *A Europa e Portugal na Imprensa Desportiva*, p. 127.

³ AZEVEDO. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano*, p. 375.

careciam de uniformidade”,⁴ gerando forte contestação entre a classe jornalística, situação que só começaria a ser resolvida em setembro de 1926, com uma série de medidas para uniformizar os serviços de Censura em todo o país.

A totalidade dos jornais desportivos passou a apresentar, frequentemente na capa, outras vezes em páginas interiores, a nota: “Visado pela Comissão de Censura”. Mas era consensual entre os jornalistas desportivos que a atividade diária da imprensa periódica desportiva não seria muito afetada pela Censura, já que o jornalismo desportivo não era considerado prioritário, nem ideologicamente perigoso, para o censor. Em 02 de julho de 1926, o editorial “Duas figuras”, publicado na primeira página do principal jornal desportivo português, *Os Sports*, dirigido por Cândido de Oliveira,⁵ afirmava que as resoluções políticas do novo governo nada interessavam ao jornal, sabido como era que “todos os jornais de desporto são neutros em matéria política”. E reforçava a ideia, lembrando que “em desporto não há política” e por isso mesmo:

as convulsões políticas da nossa terra não prendem grandemente a atenção da massa desportista. Somos assim, os desportistas, uma força organizada e orientada noutro sentido... E felizmente que assim é. No dia em que os desportistas se agruparem ou se distinguirem uns dos outros pelo credo político que professam, ter-se-á perdido o desporto.

No entanto, a indefinição e desorganização dos serviços de Censura durante os primeiros meses acarretariam alguns problemas aos jornais desportivos. Uma das primeiras publicações a ser vítima desse período de reajustamento foi o *Sport do Funchal*, em atividade desde 1923. A direção do jornal e os serviços de Censura madeirenses entraram em rota de colisão, em outubro de 1926, quanto à hora do jornal ir ao censor. Como o *Sport do Funchal* era um semanário que saía às quartas-feiras à tarde, entendia a direção do periódico que este deveria ir ao censor na manhã, ou ao início da tarde, do dia de publicação, tal como sucedia com os jornais da tarde editados em Lisboa, casos do *Diário da Tarde*, *A Capital* e *Diário de Lisboa*. Mas os serviços de Censura do Funchal queriam apenas vê-lo à noite (o que era

⁴ AZEVEDO. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano*, p. 375.

⁵ Uma das figuras mais relevantes do desporto português na primeira metade do século XX, ocupando múltiplos cargos e facetas: futebolista, dirigente, primeiro capitão da seleção nacional de futebol, selecionador nacional de futebol, jornalista e diretor de jornais, treinador de futebol, entre outros (cf. SERPA. Cândido de Oliveira – uma biografia).

normal suceder quando se tratava de um matutino, casos de *O Século* e *Diário de Notícias*), o que determinava mudar o dia de publicação para a quinta-feira, algo inadmissível para a direção do jornal, que sempre saía à quarta-feira. Na edição de 13 de outubro de 1926, no editorial “Um facto lamentável”, publicado na capa, a direção do *Sport do Funchal* queixava-se da atitude incompreensível dos censores e sublinhava o facto do jornal nada ter a censurar, “devido ao seu carácter meramente desportivo”. Deste modo, “a sua visagem é simplesmente um pró-forma” e assim “o deviam entender todos os censores”. Só que não era esse o entendimento dos censores e, no número seguinte, de 27 de outubro, continuaram os lamentos, com o jornal a afirmar, no editorial intitulado “Atitudes que não se compreendem”, que a Censura continuava “disposta a prejudicar-nos, recusando-se a visar o nosso jornal às horas apropriadas.” Fazia também um desabafo: “Não sabemos porquê, a nossa humilde e inofensiva gazeta conseguiu concitar contra si a hostilidade dos srs. censores. E o que é mais curioso é que essa hostilidade não se manifesta no corte deste ou daquele artigo, na supressão desta ou daquela local – o *Sport do Funchal*, como órgão desportivo, nada tem que censurar – mas sim na alteração do dia normal da sua publicação.” A este desabafo seguiram-se algumas reflexões afrontosas aos censores:

Publicando-se o nosso jornal à quarta-feira, de tarde, os srs. censores querem – vejam os leitores o despautério – que ele vá à censura às 8 horas da noite desse mesmo dia! É o absurdo a sobrepor-se à razão, o dislate a sufocar o bom senso, a falta de raciocínio a impor leis e a determinar um mau ambiente contra a forma como a censura é exercida entre nós.

O braço-de-ferro acabaria por se resolver nas semanas seguintes, mas começava assim a desenhar-se uma relação difícil entre a imprensa desportiva e os censores, que utilizavam, para identificar as zonas de corte nos textos, um lápis azul, símbolo com que se iria retratar a ação da Censura, como retratou o filme *Lápis azul*, de Rafael Antunes (2012).

“VERMELHOS” PASSAM A “ENCARNADOS”

Na segunda metade dos anos 1930, derivado da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), a Censura atuou ao nível da terminologia desportiva, dando indicação à imprensa para substituir o tradicional termo “vermelhos” por “encarnados”, sempre que se quisessem referir os jogadores e adeptos do SL Benfica (equipava de vermelho e branco), evitando assim as conotações com o lado comunista (apelidados de “rojos” em espanhol e “vermelhos” na versão portuguesa) que combatia em Espanha. A imprensa desportiva seguiu à risca essa indicação e em 1938 a designação “encarnados” substituiu definitivamente o termo “vermelhos”, que deixou de aparecer na imprensa desportiva como sinónimo dos benfiquistas. O futebol, dominador da narrativa desportiva popular e jornalística, acabou por ser o desporto mais censurado em Portugal, a exemplo do que sucederia em Espanha,⁶ após a instauração da Censura por parte do regime franquista.

Em 1938, o principal caso de Censura na imprensa desportiva portuguesa teria como protagonistas, a 30 de janeiro, três futebolistas internacionais (todos do CF Os Belenenses), antes do início do jogo Portugal-Espanha, realizado no Campo das Salésias, em Lisboa. O trio formado por Mariano Amaro, José Simões e Artur Quaresma decidiu romper o protocolo da tradicional saudação fascista,⁷ com dois deles (Amaro e Simões) a estenderem o braço, mas em vez de estenderem a mão, cerram-na em punho, e o outro (Quaresma) nem sequer levantou o braço. O momento foi captado por vários fotógrafos presentes no campo, mas a fotografia não foi publicada, na sua versão original, em nenhum periódico, exceto pela revista *Stadium*, que faria uma série de retoques na imagem (incentivada ou por imposição dos serviços de Censura), publicando-a em 02 de fevereiro de 1938, tendo modificado os punhos de Amaro e Simões de forma a parecerem estar de mão estendida, tentando assim ludibriar os leitores, principalmente aqueles que tinham ouvido contar o episódio pelos adeptos presentes no campo. A notícia da prisão dos três jogadores foi igualmente censurada, bem como as reivindicações subjacentes ao seu gesto (exigiam melhores condições financeiras à Federação

⁶ Cf. VIUDA SERRANO. *Deporte, Censura y Represión bajo franquismo, 1939-1961*, p. 307.

⁷ COELHO; PINHEIRO. *A paixão do povo*, p. 285.

Portuguesa de Futebol e aos clubes, no tratamento aos futebolistas portugueses) de forma a evitar mais polémicas à volta do tema, que ficaria encerrado pouco depois com a libertação dos jogadores, alvos de uma severa repreensão pela PVDE (polícia política do regime, com a designação de Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, criada em 1933). Pouco tempo depois, em 1942, a Censura iria interferir com o hino de um dos clubes mais populares em Portugal, o SL Benfica, devido à índole política do título adotado: “Avante – Avante, Benfica”. Avante era também o título do jornal do Partido Comunista Português, criado em inícios dos anos 1930 e uma das vozes contestatárias do regime salazarista, sendo por isso o hino proibido.⁸

Geralmente, a imprensa desportiva procurava manter-se afastada da política, não incorrendo em episódios de encobrimento ou apoio claro ao regime, nem em movimentos de contestação ou afronta.

Este afastamento da imprensa desportiva das questões políticas levaria inclusivamente a Censura Prévia a divulgar, em 11 de outubro de 1945, a Circular nº 238, na qual informava (no ponto 9) os jornais desportivos que estavam “dispensadas de censura prévia as notícias e relatos desportivos”, habitualmente sem conotações políticas, reduzindo assim o trabalho aos censores. No entanto, ao contrário do que se possa pensar, a Censura Prévia manteve-se atenta aos jornais desportivos, castigando severamente transgressões às diretrizes impostas. Em janeiro de 1944, o *Correio Desportivo*, do Funchal, seria alvo de um Processo Disciplinar (nº 223) por parte dos Serviços de Censura,⁹ que desembocaria numa suspensão temporária. Na origem da sanção esteve o facto da edição 338 do jornal, de 15 de janeiro de 1944, ter saído sem os devidos cortes feitos pela Delegação do Funchal dos Serviços de Censura, infringido o artigo 30 do Regulamento dos Serviços de Censura. O periódico foi imediatamente suspenso e o caso encaminhado para a Direção dos Serviços de Censura, em Lisboa, tendo o diretor do jornal, Elmano Alves, enviado uma carta¹⁰ aos serviços onde expôs as razões que levaram a que duas páginas tivessem sido publicadas sem os devidos cortes

⁸ SIMÕES. *Desporto com política nos 100 anos da República*, p. 183.

⁹ Cf. Processo nº 223 (caixa 697), do *Correio Desportivo*, nos arquivos da Censura do Secretariado Nacional da Informação (SNI), em consulta no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), em Lisboa.

¹⁰ Cf. Processo nº 223 (caixa 697), do *Correio Desportivo*.

(segundo ele, eram duas páginas sem “qualquer matéria contrária às disposições superiores, visto serem totalmente constituídas por anúncios e uma crónica musical”), pedindo o levantamento da suspensão por este ter sido “um caso inédito” e por o jornal constituir “o único meio de subsistência do seu director”. O cadastro do jornal, até então limpo (desde 1926 que se publicava), foi outro argumento atenuante, levantando-se a suspensão em 28 de janeiro de 1944. Nos anos seguintes, o *Correio Desportivo* não teria mais casos como este, apresentando uma linha editorial¹¹ próxima do regime e da figura de Salazar. Claramente, a intimidação provocada pela Censura teve os seus resultados, gerando aquilo que o investigador espanhol Alejandro Viuda Serrano caracterizou (para o período franquista, mas que se aplica também ao caso português) como “uma severa autocensura dos redatores desportivos, que se impunha devido à necessidade de sobrevivência”.¹²

O *Correio Desportivo*, do Funchal, integrava o núcleo central da imprensa desportiva portuguesa em meados dos anos 1940, sofrendo, por isso mesmo, um controlo, por vezes apertado, dos serviços da Censura Prévia. Este núcleo central era formado por mais seis periódicos: três da Capital, dois do Porto e um de Coimbra. O hegemónico prestígio jornalístico que desde 1919 gozara o jornal *Os Sports* transferiu-se, após o seu desaparecimento (em 1945), para o trio formado por *A Bola*, *Mundo Desportivo* e *Stadium*, sobretudo entre os leitores de Lisboa (onde os três estavam sediados) e do centro e sul de Portugal continental. No Porto, embora este trio tivesse o seu nicho de leitores, continuavam a dominar *O Norte Desporto* e a revista *Sporting*, alargando a sua influência a toda a região norte. E a nível regional mantinha-se em Coimbra o semanário *A Voz Desportiva*.

MULTAS E SUSPENSÕES

Em meados da década de 1940, as duas principais publicações desportivas multadas pelos Serviços de Censura seriam *A Bola* e *O Norte Desportivo*. O primeiro

¹¹ Cf. A REDACÇÃO. Glória a Portugal. *Correio Desportivo*, 28.05.1946, p. 8; A REDACÇÃO. Dr. Oliveira Salazar – o maior trabalhador de Portugal. *Correio Desportivo*, 28.05.1952, p. 1; A REDACÇÃO. Portugal é nosso! *Correio Desportivo*, 8.08.1954, p. 1.

¹² VIUDA SERRANO. Deporte, Censura y Represión bajo franquismo, 1939-1961, p. 305.

destes títulos viu aberto, em setembro de 1945, o Processo nº 417¹³ nos Serviços de Censura, sofrendo nesse mês uma multa de 500 escudos “por não acatar um corte”¹⁴ feito por esses serviços. Pior sanção teria em março de 1946, após ser acusado de publicar “matéria não abrangida pela circular 238”,¹⁵ no número 121, de 25 de março de 1946. Na origem do desentendimento entre *A Bola* e os Serviços de Censura estiveram dois artigos, um de Carlos Correia e o outro de Cândido de Oliveira, sobre um jogo de futebol entre um grupo de marinheiros ingleses e um misto português (formado por vários jogadores da seleção nacional de futebol), realizado no Estádio Nacional, em 24 de março de 1946. Num tom irónico, os dois textos, publicados na página cinco, acusavam a Federação Portuguesa de Futebol de incompetência, uma vez que a equipa inglesa era muito fraca (perdeu por 11-1), não merecendo a ida ao estádio de milhares de adeptos, nem os elevados preços dos bilhetes, nem a paragem do Campeonato Nacional da I Divisão para a realização do jogo – o próprio *Diário de Notícias* partilhou dessa opinião nas edições de 18 e 25 de março. No dia seguinte à publicação de *A Bola*, o subdiretor dos Serviços da Censura, Mário Baptista Coelho, enviou uma carta à direção do jornal desportivo, na qual pedia com urgência o envio dos originais publicados, lamentando também o “tom irónico, injustificado e deselegante”¹⁶ com que haviam sido “tratados estrangeiros que se encontram em Portugal em transcendente missão diplomática”.

Nesse mesmo dia, o diretor de *A Bola*, Álvaro de Andrade, enviou uma carta de resposta, em que lembrou aos Serviços de Censura que desde a publicação da Circular nº 238, de 11 de outubro de 1945, os jornais desportivos estavam dispensados de enviar à Censura Prévia “os relatos, as reportagens e as apreciações críticas dos acontecimentos desportivos e, desde essa data, não mais voltaram a ser enviadas as provas a granel”¹⁷ a esses serviços, os quais “concordaram sempre com este procedimento”. Além disso, afirmava que não tinha havido “o menor propósito de tratar com menos elegância os simpáticos jogadores ingleses”,¹⁸ nem “havia a intenção de ferir de qualquer modo os nossos ilustres

¹³ Cf. Processo nº 417 (caixa 265), de *A Bola*, nos arquivos da Censura do SNI, em consulta no ANTT.

¹⁴ Cf. Processo nº 417 (caixa 265), de *A Bola*.

¹⁵ Cf. Processo nº 417 (caixa 689), de *A Bola*.

¹⁶ Cf. Processo nº 417 (caixa 689), de *A Bola*.

¹⁷ Cf. Processo nº 417 (caixa 689), de *A Bola*.

¹⁸ Cf. Processo nº 417 (caixa 689), de *A Bola*.

visitantes”, sendo apenas um o visado pelas críticas e a ironia: a Federação Portuguesa de Futebol. Apesar dos argumentos, *A Bola* seria punida com “a pena de suspensão, por 30 dias, por infracção de determinações dos Serviços de Censura”,¹⁹ numa resolução tomada no dia 26 de março de 1946 e assinada pelo diretor dos Serviços de Censura, o tenente-coronel Armando Larcher, que justificou a punição pelo facto de *A Bola* não ter tido em consideração que o jogo fazia parte do “programa oficial das homenagens à esquadra britânica, cuja visita tem um indiscutível carácter de prestígio para Portugal” e por não ter compreendido “o seu claro significado nacional”.²⁰ Obviamente que a suspensão desagradou profundamente à direção de *A Bola* que no dia 29 de março endereçou a Armando Larcher uma nova carta (com três páginas dactilografadas) em que deixava claro não ter havido qualquer “motivo político”²¹ nos dois artigos, tentando dessa forma atenuar aquilo que considerava um “severo castigo”²² de 30 dias de suspensão. Larcher, embora recetivo e compreensivo com os argumentos de *A Bola*, manteve a suspensão, o que causou bastante perturbação na Redação do jornal, que apesar dos ordenados em atraso, manteve-se unida, voltando a publicar-se assim que a suspensão terminou, em finais de abril de 1946. Após este controverso episódio, *A Bola* estaria até maio de 1950 sem incidentes com os Serviços de Censura, sofrendo nesse mês uma multa de mil escudos (cada exemplar custava um escudo) por não ter respeitado um corte na edição de 11 de maio de 1950.

A outra publicação a ter problemas recorrentes com a Censura foi *O Norte Desportivo*, sediado no Porto. O seu processo nos Serviços de Censura tinha o número 241²³ e entre março de 1946 e novembro de 1947 o cadastro teve quatro entradas devido à recorrente publicação de “matéria sem enviar à censura”,²⁴ sendo unicamente sancionado por uma vez, com uma multa de 300 escudos (das outras vezes recebeu somente um aviso). Mas a tolerância dos Serviços de Censura terminaria em 1952, ano em que puniu o jornal dirigido por Alves Teixeira com

¹⁹ Cf. Processo nº 417 (caixa 689), de *A Bola*.

²⁰ Cf. Processo nº 417 (caixa 689), de *A Bola*.

²¹ Cf. Processo nº 417 (caixa 689), de *A Bola*.

²² Cf. Processo nº 417 (caixa 689), de *A Bola*.

²³ Cf. Processo nº 241 (caixa 510), de *O Norte Desportivo*, nos arquivos da Censura do SNI, em consulta no ANTT.

²⁴ Cf. Processo nº 241 (caixa 510), de *O Norte Desportivo*.

duas multas de valor considerável para a época, a primeira de dois mil escudos (em fevereiro) e a segunda de três mil escudos (em novembro), ambas por publicar artigos sem os submeter à Censura Prévia – o jornal alegaria impossibilidade de enviar esses artigos à Censura devido ao adiantado da hora em que foram concluídos. As duas multas, no total de cinco mil escudos (cada exemplar custava 1\$50, com uma tiragem média (por número) de sete mil exemplares), fariam com que *O Norte Desportivo* recorresse da punição, em dezembro de 1952, levando a que a multa de três mil escudos fosse reduzida para metade, por ordem direta do diretor dos Serviços de Censura, Armando Larcher, compreensivo aos argumentos apresentados pelo periódico. No entanto, em dezembro de 1953, o jornal voltaria a ser punido, por publicar “matéria à margem da Censura, falta em que é reincidente”,²⁵ desta feita com uma multa de 500 escudos.

NA MIRA DE SALAZAR

A relação entre desporto e política, com efeitos na imprensa desportiva, estreitou-se ainda mais quando o líder do regime, António de Oliveira Salazar, proclamou “publicamente que os assuntos de educação física e do desporto tinham de ser olhados como altos problemas do Estado”.²⁶ A figura do chefe de Governo seria, inclusivamente, exaltada em alguns jornais desportivos, como sucederia na capa do *Mundo Desportivo* de 27 de abril de 1953, que publicou o artigo “Salazar – amigo dos desportos”, evocativo do 25º aniversário da sua entrada para funções governativas. Um parágrafo desse artigo sintetizava um sentimento que era generalizado entre a imprensa desportiva portuguesa:

Salazar deu ordem ao que andava desordenado, arrumou a casa, insuflou fé no espírito dos portugueses, criando-lhes confiança em si próprios e no seu poder realizador. Disciplinou vontades, agrupou competências, reuniu dedicações. Revolução moral e revolução material! E surgiu um Portugal novo, dinâmico, moderno, que os outros países tomam como exemplo de perseverança e de trabalho.

²⁵ Cf. Processo nº 241 (caixa 510), de *O Norte Desportivo*.

²⁶ R. OLIVEIRA. Como promover a expansão da educação física. *Mundo Desportivo*, 26.03.1952, p. 1.

A ideia que imperara nas décadas de 1920 e 1930, de afastamento entre a política e o desporto, começou-se a dissipar ligeiramente na imprensa desportiva graças à criação de diversas organizações políticas que apresentavam uma índole desportiva: em 1935 fundou-se a FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, que passou a promover concursos de ginástica e o desporto operário; em 1936 surgiu a Mocidade Portuguesa, que criou centros de educação física para os jovens de sexo masculino; em 1937 apareceu a Mocidade Portuguesa Feminina, promovendo o desporto entre as jovens e mulheres portuguesas; em 1940 definiu-se a criação do Instituto Nacional de Educação Física, que tinha como função diplomar professores de educação física; e em 1942 surgiu a Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, com o objetivo de regular e desenvolver políticas desportivas em Portugal, com uma ação também ao nível do controlo sobre a imprensa.

Esta estruturação organizacional do regime, relativamente ao desporto, acabou por ter um efeito positivo no discurso da imprensa desportiva sobre os políticos portugueses, em especial Salazar, discurso esse reforçado nas décadas de 1940 e 1950 com a inauguração dos mais importantes estádios portugueses. A sua construção havia sido apoiada pelos poderes políticos locais e nacionais, indo de encontro às ambições dos principais clubes e da própria imprensa. Em Lisboa, por exemplo, foram inaugurados o Estádio Nacional (1944), o Estádio da Tapadinha (do Atlético CP, em 1945), o Estádio Pina Manique (Casa Pia AC, em 1954), o Estádio da Luz (SL Benfica, em 1954), Estádio José Alvalade (Sporting CP, em 1956) e Estádio do Restelo (CF Belenenses, em 1956); em Braga foi edificado o Estádio 28 de Maio (SC Braga, em 1950); e no Porto, o Estádio das Antas (FC Porto, em 1952). Todos estes estádios foram vistos como um exemplo da boa relação entre o meio desportivo e o político, dando origem à exaltação mediática do Estado Novo e das suas principais figuras.

A aparente simbiose entre a imprensa desportiva e o mundo da política tinha uma óbvia correlação com o facto dos jornais estarem, a nível editorial e organizativo, dependentes dos Serviços de Censura, que tinham o poder de suspender temporária ou definitivamente qualquer publicação periódica. Não foi acidental o facto do *Correio Desportivo*, do Funchal, após uma breve suspensão,

imposta pela Censura, em janeiro de 1944, ter passado a publicar regularmente artigos de exaltação a Salazar e ao Estado Novo.

Em meados da década de 1950, os quatro jornais desportivos de referência em Portugal – *A Bola*, *Mundo Desportivo*, *O Norte Desportivo* e *Record* – estariam envolvidos em problemas com os Serviços de Censura, que nesta altura catalogavam os jornais desportivos no âmbito da “Classificação I – De Educação Física e Desportos”. A maioria dos “processos disciplinares” (terminologia utilizada pelos serviços) instaurados a estes quatro periódicos relacionou-se com três tipos de infrações comuns: 1. a publicação de “matéria não submetida à apreciação dos Serviços de Censura”; 2. o não cumprimento, total ou parcial, dos “cortes” feitos pela Censura; 3. a publicação de conteúdos desportivos, considerados problemáticos, após a indicação da Censura para o não fazer.

As punições eram habitualmente leves, não passando de repreensões por escrito, ou, nos casos mais graves, aplicavam-se multas de 500 escudos. Nas transgressões mais sérias, como sucedeu com o *Correio Desportivo* em 1944 ou *A Bola* em 1946, a punição podia passar por uma suspensão temporária ou definitiva do periódico, dependendo da gravidade da infração, do cadastro da publicação e das atenuantes e justificações apresentadas pelo infrator.

MEDIDAS PUNITIVAS

A ação da Censura sobre os principais jornais desportivos fez-se sentir de uma forma intensa e constante nos anos 1950, com a abertura regular de “processos disciplinares” aos periódicos. Entre 1954 e 1960, por exemplo, os quatro jornais desportivos de referência (*A Bola*, *Mundo Desportivo*, *O Norte Desportivo* e *Record*) sofreram um total de 15 “punições” pelos serviços de Censura. *A Bola*, com seis registos, foi a publicação mais visada, seguindo-se *O Norte Desportivo* com cinco ocorrências, e o *Mundo Desportivo* e *Record*, com duas “punições” cada.

Os seis registos de ocorrências de *A Bola* verificaram-se entre 1955 e 1958, com somente dois deles a terem uma punição pesada, com o pagamento de 500 escudos, cada um. A primeira destas multas, de março de 1956, deveu-se à publicação na edição nº 1.453, do dia 17, de “matéria que não submeteu à censura

prévia, nos termos do determinado na Circular destes Serviços, de 16 de fevereiro último”.²⁷ Em agosto desse mesmo ano, nova multa de 500 escudos por ter publicado no número 1.518, de dia 16, “matéria que não submeteu à apreciação dos Serviços de Censura, não obstante ter sido informado de que não estava dispensado de o fazer”.²⁸ Nos outros quatro casos que envolveram *A Bola*, dois deles relacionaram-se com a publicação de artigos sem os submeter à Censura Prévia, em setembro de 1955 e abril de 1958, e os outros dois foram relativos ao não cumprimento integral de “cortes” indicados pelos censores, em setembro de 1957 e novembro de 1958. Estas últimas quatro ocorrências não tiveram consequências práticas, somente ficaram “registadas”,²⁹ sendo “relevada a falta”,³⁰ mas o despacho de novembro de 1958 deixava o aviso ao jornal: “em caso de reincidência passará ao regime de prova de página”.³¹

Muito visado pela Censura foi igualmente *O Norte Desportivo*, principal jornal desportivo do Porto. Entre 1954 e 1960, contou com cinco ocorrências, três delas com pagamento de multas de 500 escudos. A primeira destas punições pecuniárias foi em fevereiro de 1954, quando o jornal não respeitou “os cortes feitos pela Comissão de Censura do Porto, em 4 do corrente, no artigo intitulado ‘Homenagem a Nuno Simões’, artigo aliás contendo matéria fora das características do jornal (especialmente de assuntos de desporto e algumas notícias de cinema e teatro), falta em que é contumaz”.³² Em dezembro de 1955 e março de 1956, o jornal voltaria a pagar novas multas de 500 escudos, devido à publicação de dois artigos controversos sem os “ter submetido a censura prévia”.³³ Mais benévolas seriam as punições de fevereiro de 1957 e agosto de 1960, em que seriam “reveladas”³⁴ as faltas pela publicação de artigos polémicos sem terem sido submetidos à Censura.

Apesar dos Serviços de Censura, muitas vezes, “relevarem” (anularem) as “faltas” dos jornais (não lhes atribuindo multas pecuniárias ou outras sanções),

²⁷ Cf. Processo nº 417 (caixa 689), de *A Bola*.

²⁸ Cf. Processo nº 417 (caixa 689), de *A Bola*.

²⁹ Cf. Processo nº 417 (caixa 689), de *A Bola*.

³⁰ Cf. Processo nº 417 (caixa 689), de *A Bola*.

³¹ Cf. Processo nº 417 (caixa 689), de *A Bola*.

³² Cf. Processo nº 241 (caixa 510), de *O Norte Desportivo*.

³³ Cf. Processo nº 241 (caixa 510), de *O Norte Desportivo*.

³⁴ Cf. Processo nº 241 (caixa 510), de *O Norte Desportivo*.

ficava a indicação de que havia sido “chamada a atenção do jornal”,³⁵ para efeitos de Cadastro do mesmo. Foi o que sucedeu em outubro de 1955 com o *Mundo Desportivo*, por não ter enviado “a censura prévia, provas referentes ao nº 1.653”.³⁶ Faria o mesmo em março de 1956, publicando “matéria” sem a submeter à Censura Prévia (não seguindo as diretrizes da nova Circular nº 287 dos Serviços de Censura, de 16 de fevereiro de 1956), motivando uma multa de 500 escudos. Este seria também o valor da multa paga pelo *Record* em agosto de 1958, por não respeitar “um corte”³⁷ da Censura num artigo publicado no dia 16. No ano anterior, em novembro, o jornal havia pago 400 escudos “por não ter submetido a censura prévia as provas referentes ao nº 658”³⁸ e por ter publicado “à margem da censura, os números 662 e 663”.³⁹

Estas medidas teriam o condão de refrear alguns destes títulos nos seus intuitos de contornar os Serviços de Censura, nas décadas seguintes. *O Norte Desportivo* e *Record* não voltariam a registar infrações ao longo dos anos 1960, ao invés do *Mundo Desportivo* e *A Bola*, que viriam a sofrer novas medidas cautelares por parte da Censura. A pior dessas medidas seria a suspensão de edição, aplicada ao *Mundo Desportivo* a 1 de março de 1965, por ter utilizado na sua primeira página, de 26 de fevereiro de 1965, “expressões ofensivas para um país amigo”.⁴⁰ Com uma tiragem média superior a 20 mil exemplares, a suspensão de um número do *Mundo Desportivo* tinha efeitos bastante negativos no jornal. Tudo isto numa altura em que os jornais desportivos dependiam totalmente da aprovação, por parte do presidente da Comissão de Censura à Imprensa, de qualquer género de mudança no periódico, quer ao nível diretivo, quer de periodicidade, tiragem, grafismo ou edição de números especiais. A Censura exercia, assim, um controlo (quase) total sobre estes periódicos, tendo inclusivamente o poder de os suspender em definitivo ou temporariamente, como foram os casos de *A Bola*, em 1946, ou o *Mundo Desportivo*, em 1965.

³⁵ Cf. Processo nº 241 (caixa 510), de *O Norte Desportivo*.

³⁶ Cf. Processo nº 340 (caixa 606), de *Mundo Desportivo*, nos arquivos da Censura do SNI, em consulta no ANTT.

³⁷ Cf. Processo nº 84 (caixa 690), de *Record*, nos arquivos da Censura do SNI, em consulta no ANTT.

³⁸ Cf. Processo nº 84 (caixa 690), de *Record*.

³⁹ Cf. Processo nº 84 (caixa 690), de *Record*.

⁴⁰ Cf. Processo nº 340 (caixa 606), de *Mundo Desportivo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imposição dos processos de Censura à imprensa desportiva portuguesa surgiu na segunda metade dos anos 1920, em consequência da imposição da ditadura militar, em 1926, em plena “época de ouro dos desportos”⁴¹ no mundo ocidental, incluindo em Portugal. Foi a década em que se publicaram mais de uma centena e meia de periódicos desportivos portugueses, em que as assistências aos jogos de futebol da seleção nacional superavam as 25 mil pessoas, em que milhares de pessoas assistiam às primeiras Voltas a Portugal em Bicicleta, ou seja, em que se criou, em definitivo, uma cultura de massas/cultura popular à volta do fenómeno desportivo em Portugal. Foi neste contexto, de crescente popularização do desporto na sociedade portuguesa, que se instituiu o serviço de Censura à imprensa, abrangendo obviamente os jornais desportivos e as matérias desportivas. E embora o desporto não fosse considerado prioritário nem matéria sensível para a Censura (como demonstrou a Circular nº 238 da Censura, de 11 de outubro de 1945), a realidade é que os cadastros analisados dos principais jornais desportivos portugueses demonstram um controlo regular do seu fluxo informativo por parte destes serviços, durante todo o regime fascista, em especial nos anos 1950.

As principais infrações destes periódicos, registadas pela Censura, tiveram três origens: a publicação de matérias jornalísticas sem as submeter à apreciação do censor, quando o seu teor ideológico ou político assim o requeria; o não cumprimento, total ou parcial, dos “cortes” feitos pelos censores, assinalados nas provas dos jornais a lápis azul; e a publicação de conteúdos considerados problemáticos, após a indicação da Censura para o não fazer. Os jornais analisados neste artigo incorreram neste género de infrações, abrindo-se um cadastro das suas ocorrências nos Serviços de Censura, levando a repreensões, multas e até mesmo a suspensões temporárias impostas por estes Serviços, como sucedeu com o *Correio Desportivo*, *A Bola* e *Mundo Desportivo*.

A nossa análise deixa também em evidência que os periódicos desportivos com mais incidências junto da Censura foram *A Bola*, com sede em Lisboa, e *O Norte Desportivo*, no Porto. Em larga medida isso deveu-se ao teor crítico com que

⁴¹ BRYANT; HOLT. A historical overview of sports and media in the United States, p. 28.

a linha editorial destes jornais encarava a organização desportiva nacional, ainda muito amadora, com jornalistas extremamente interventivos, a nível opinativo, sobre o desporto português e sobre o papel das instituições. A popularidade do futebol, por exemplo, determinava um olhar constante dos jornais sobre o papel e ação da Federação Portuguesa de Futebol (órgão máximo da modalidade em Portugal), alvo regular de críticas e análises detalhadas sobre os seus relatórios e contas, sobre os regulamentos e competições ou sobre a forma como organizavam e decorriam as provas – o mesmo sucedia na escala regional, com as associações de futebol regionais. Em todos estes casos, as instituições acabavam por representar o poder instituído, salvaguardado e protegido pelo censor. O mesmo sucedia com as visitas de equipas estrangeiras a Portugal, quer ao nível de seleções quer de clubes, ou durante as digressões de desportistas ou clubes portugueses (sobretudo de futebol) ao estrangeiro, com a publicação nos jornais portugueses de artigos, muitas vezes críticos, sobre os respetivos países, em especial quando se geravam situações de indisciplina e violência nos encontros. Todo o género de reivindicações dos desportistas, em oposição ao poder hegemónico das federações, associações e clubes, era igualmente cortado da imprensa pelo “lápiz azul” do censor.

Este estudo, embora exploratório, demonstra que existiu uma ação repressiva e censória do regime fascista português em relação aos jornais desportivos e à sua liberdade de imprensa, condicionando assim o olhar sobre a realidade do desporto português. Apontámos exemplos claros dessa ação censória, abrindo assim caminho, por exemplo, a estudos mais alargados, envolvendo comparativismo com outras áreas especializadas da imprensa ou a nível internacional, com outros países de índole fascista (por exemplo Espanha, em que se desenvolveram igualmente alguns estudos exploratórios)⁴² e com processos censórios ao nível da liberdade de imprensa.

* * *

⁴² Cf. VIUDA SERRANO, Alejandro. Deporte, Censura y Represión bajo franquismo, 1939-1961. In: PUJADAS, Xavier (org.). Atletas y Ciudadanos – Historia Social del Deporte en España, 1870-2010. Madrid: Alianza Editorial, 2011, p. 273-322.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Cândido. **A censura de Salazar e Marcelo Caetano**. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Desportos & Letras**. Lisboa: BN, 200.
- BRYANT, Jennings & HOLT, Andrea. A Historical Overview of Sports and Media in the United States. In: RANEY, Arthur; BRYANT, Jennings (org.). **Handbook of Sports and Media**. USA: Lawrence EA, 2006, p. 21-44.
- COELHO, João Nuno; PINHEIRO, Francisco. **A paixão do povo: história do futebol em Portugal**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- CROLLEY, L.; HAND, D. **Football, Europe and the Press**. London: Frank Cass, 2002.
- CUNHA, Luís. **O Estado Novo e a construção da identidade nacional**. Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- DOMINGOS, Nuno; Kumar, Rahul. A grande narrativa futebolística. In: CURTO, Diogo Ramada (org.). **Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 2006, p. 575-638.
- FERREIRA, J. M. O Estado Novo. In: MATTOSO, José (Ed.). **História de Portugal**, v. 8. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- NEVES, José; Domingos, Nuno (org.). **A época do futebol: o jogo visto pelas Ciências Sociais**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.
- PARREIRÃO, Henrique. A era de ouro do futebol português. In: REIS, António (org.). **Portugal contemporâneo**, v. 5. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 381-388.
- PINHEIRO, Francisco. **A Europa e Portugal na imprensa desportiva**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2006.
- PINHEIRO, Francisco. **História da imprensa desportiva em Portugal**. Porto: Afrontamento, 2011.
- PIZARROSO QUINTERO, Alejandro. (org.). **História da Imprensa**. Lisboa: Planeta Editora, 1996.
- ROSAS, Fernando. O Estado Novo. In: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**, v. 7. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- SERPA, Homero. **Cândido de Oliveira – uma biografia**. Lisboa: Caminho, 2000.
- SIMÕES, António. **Desporto com política nos 100 anos da República**. Lisboa: INCM, 2011.
- TENGARRINHA, José. **História da Imprensa Periódica Portuguesa (2.^a ed.)**. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.
- VASSORT, Patrick. **Football et Politique**. Paris: L'Harmattan, 2005.

VIUDA SERRANO, Alejandro. Deporte, Censura y Represión bajo franquismo, 1939-1961. In: PUJADAS, Xavier (org.). **Atletas y ciudadanos** – historia social del deporte en España, 1870-2010. Madrid: Alianza Editorial, 2011, p. 273-322.

FILMOGRAFIA

LÁPIS AZUL. Direção: Rafael Antunes, Portugal, 2012 (58 min.), son., color.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo Torre do Tombo, documentação do Serviço Nacional de Informação.

Arquivo da Direção-Geral de Ensino Superior, documentação da Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.

PERIÓDICOS

A Bola

Correio Desportivo

Mundo Desportivo

O Norte Desportivo

Os Sports

Record

Stadium

* * *

Recebido para publicação em: 15 jan. 2020.
Aprovado em: 06 fev. 2020.